

NECESSIDADES E FINALIDADES DOS PROJETOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

*Dinizar Fermiano Becker*²

Duas megatendências, complementares e ao mesmo tempo contraditórias, configuram e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo. De um lado, observa-se a crescente transnacionalização de espaços econômicos. De outro lado, constata-se a decorrente regionalização dos espaços sociais. Transnacionalização e regionalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de desenvolvimento (Beck, 1997).

No primeiro caso, rompem-se devagar e decididamente os limites fronteiriços ao capital financeiro, o qual passa a ter o mundo, enquanto espaço, para sua valorização. Isso quer dizer que o capital financeiro, em geral, abre espaço para sua valorização mundial.

O livre de (fronteiras) só é possível com o livre para (a valorização sem fronteiras), porque ocorreu o “desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional” (Tavares, 1993, p. 22). Dessa forma, o sistema financeiro privado livra-se dos controles dos bancos centrais nacionais. A relativa liberdade do sistema financeiro agrava e acentua a instabilidade do sistema global, gerando crises financeiras e desequilíbrios crônicos em muitos dos Estados nacionais. Entre muitos, a Ásia é o exemplo mais distante e recente e o Brasil é o exemplo mais próximo, queimou alguns bilhões de dólares para deter a sangria de divisas que se avizinhava. A instabilidade decorre da “excessiva supremacia de capital bancário internacional [e nacional, no caso do Brasil] e sua extrema volatilidade” (Tavares, 1993, p. 41).

Em conseqüência, os Estados nacionais acabam impotentes, não conseguindo executar sua própria política monetária, pressionados pelas

¹ Este artigo nasceu da necessidade de se fundamentar filosoficamente a construção de um projeto estadual de desenvolvimento regional. E que se intitulava, originalmente, *necessidades e finalidades das estratégias pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*.

² Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES. Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES - RS.

gigantescas dimensões dos mercados financeiros privados, cujo caráter financeiro e poder especulativo aniquilam, ou tornam ineficientes grande parte dos instrumentos da política econômica tradicional (inclusive as das políticas setoriais). São exatamente o caráter financeiro e o poder especulativo que “desempenham um papel decisivo no processo de internacionalização e interdependência dos grandes mercados na economia mundial” (Tavares, 1993, p. 41). Essa dinâmica “está levando simultaneamente nações a se desintegrar e regiões a se integrar” (Thurow, 1997, p.91).

Nesse contexto da transnacionalização dos espaços econômicos, os macromercados que se desenham e se concretizam nos cinco continentes são uma mediação temporal, uma fase intermediária entre os mercados nacionais e o mercado mundial.

Dessa forma, a transnacionalização dos espaços econômicos leva os espaços nacionais a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As nações que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se nas bases nacionais ou locais dos grandes conglomerados mundiais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se pela sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, mudando as condições do processo de valorização, aparecendo outra base nacional mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova base nacional. Os espaços econômicos nacionais transformam-se, assim, em espaços alternativos à valorização do capital. “... os governos nacionais estão hoje competindo entre si...” (Thurow, 1997, p.172) tanto quanto os estados brasileiros ou regiões competem entre si para atrair empresas para se instalarem em seus territórios. Gerar as condições favoráveis ou mais atrativas para localizar os investimentos em seus territórios, transformou-se em uma necessidade do próprio processo de desenvolvimento contemporâneo e segundo alguns governos, na única possibilidade.

Já no segundo caso, pela regionalização dos espaços sociais através da crescente territorialização da força de trabalho, surgem os guetos que podem ser locais, regionais e até continentais, como é o caso da África. Mas é principalmente em nível de comunidade, de bairro, de município, de região que a territorialização é mais problemática, já que não se territorializa em nível da União, ou de Estado. Os problemas decorrentes do processo rebatem com maior intensidade na instância político-administrativa mais próxima, ou mais acessível.

Dois exemplos, para não deixar dúvidas das crescentes barreiras à reprodução da força do trabalho. Primeiro deles, o aparato de vigilância ao longo de centenas de quilômetros da fronteira norte-americana-mexicana para impedir a imigração dos mexicanos subdesenvolvidos no mundo desenvolvido,

Segundo exemplo, são os movimentos conservadores de extrema direita na Europa, principalmente o neonazismo na Alemanha, que se voltam contra os estrangeiros residentes e/ou trabalhando nas empresas alemãs. Os turcos residentes na Alemanha são o alvo preferido dos *skinheads*. E os albaneses são os fantasmas vivos que amedrontam o sul da Itália e a Grécia.

A essa união dos semelhantes, os diversos “neos”, para eliminar os diferentes, é que L. F. VERÍSSIMO, em crônica recente, identificou como uma forma moderna de tribalização.

Sem dúvida, por um lado, existe um movimento geral de transnacionalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderada pelos países do primeiro mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de desenvolvimento para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas. Num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias baseadas nos “recursos” naturais e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, estado, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sócio-cultural.

Temos os dois lados da moeda, globalização econômico-organizacional e regionalização sócio-cultural, ligando cara e coroa, e mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação) está o processo de flexibilização. É uma espécie de descentralização político-institucional de todos e em todos os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da alteridade; portanto, admite a existência de múltiplos sujeitos.

Por enquanto, esse fenômeno é limitado. Mas, enquanto tendência, não devemos subestimá-lo. Trata-se, na verdade, de se pensar a nossa realidade, a partir de agora (e quem sabe: imaginar nosso futuro), através do diferencial (Goldman, 1994, p. 29).

Resulta dessa dinâmica do desenvolvimento contemporâneo, configurada pela globalização econômica, regionalização social e descentralização política, a necessidade da desconstrução (e não a destruição como andam fazendo) da velha e superada construção estrutural, conformadora do antigo padrão de desenvolvimento e reconstruir uma nova estrutura ou um novo padrão de desenvolvimento com base no múltiplo, no diverso, no diferente, no plural.

“Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais” (Kumar, 1997, p.132).

Resulta do próprio processo “uma relativa desestruturação das macroestruturas nacionais e uma reestruturação das microestruturas locais. Dessa forma, uma nova ou renovada importância é atribuída ao local” (Kumar, 1997, p.133).

Nesse contexto, o próprio processo de desenvolvimento faz com que “cidades e regiões tenham agora que concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais (...) [de capitais e dos investimentos diretos] ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos” (Kumar, 1997, p. 165) do desenvolvimento contemporâneo.

Diante dessa dinâmica ou dessa lógica não restam muitas alternativas às comunidades regionais. Geralmente, duas reações têm demarcado as ações das comunidades regionais: passiva e negativa.

Na situação da reação passiva, encontram-se aquelas que não vêem outra alternativa a não ser aceitar a lógica do desenvolvimento contemporâneo. Por isso, reagem sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades que são oferecidas. É a tal da dependência submissa. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todas as facilidades. Em alguns casos, doando fábricas inteiras. É a velha e atrasada fórmula de se fazer o desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando todo o tipo de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais.

Já na reação negativa, ajuntam-se os do contra. O bloco de resistência contra os invasores, os interesses estrangeiros. Nesses grupos, destacam-se aqueles que prefeririam o atraso da miséria ao desenvolvimento humano equitativo.

Mal sabem, ambos os lados, que essa nova racionalidade do sistema capitalista pressupõe o desaparecimento das grandes utopias, o fim da era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao mesmo tempo, enquanto tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. “... o que significa a possibilidade

de uma autodestruição criativa para toda uma...” (Beck, 1997, p.12) região. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orienta-se pelas necessidades e interesses locais e na capacidade de articulação destes com os interesses globalizados.

Aceita-se, portanto, que exista uma tendência, atual e irreversível, que esteja se concretizando numa passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das microdecisões, das micropolíticas e dos pequenos projetos, que levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto no processo global de desenvolvimento. “Hoje em dia não há um modelo, mas vários modelos” (Beck, 1997, p.27) de desenvolvimento. Dessa forma, cada localidade, comunidade, municipalidade, região poderia optar por um processo de desenvolvimento que respeitasse seus valores e recursos específicos (culturais, naturais, éticos e morais) e melhor lhe oportunizasse participar do processo mundial de desenvolvimento.

Antes, no entanto, é preciso não esquecer, porque é sempre necessário lembrar, os limites desse processo. Esta é uma nova fase expansionista do sistema capitalista e, portanto, ocorre de acordo com seus pressupostos, ou melhor, de acordo com suas principais barreiras à emancipação humana: divisão do trabalho e propriedade privada.

Não pode haver espaço para ilusão! Essa nova fase expansionista ocorre dentro dos limites do Modo Capitalista de Produção. As transformações atuais são transformações capitalistas, cuja funcionalidade está a serviço da valorização do capital financeiro, transnacionalizado.

Os interesses do capitalismo “pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincide com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância do local. Tal fato não se choca, mas, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço. A criação de um espaço global abstrato, homogêneo, gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade” (Kumar, 1997, p.197). É esse “encurtamento do espaço que põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo” (Harvey, 1993, p.271).

Portanto, qualquer “novo” modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro desses parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através das redes de controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global. São esses instrumentos “pós-modernos” que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a

possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas, não no sentido poético e saudosista, como à primeira vista poderia se pensar. Mas, para uma finalidade muito objetiva e concreta: concorrer entre si gerando espaços atrativos ao capital produtivo e alternativo à valorização financeira do capital.

O processo de desenvolvimento recente põe em marcha uma dinâmica nova que potencializa a produtividade porque “cidades e regiões têm que concorrer entre si”, “põem em concorrência comunidades diferentes” e “levam governos nacionais a competir entre si”. Assim, a valorização é acelerada no tempo e no espaço e a acumulação financeira alcança cifras gigantescas.

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das naturezas, das economias, das políticas, das tecnologias, das sociedades, dos ambientes diferenciados se torna orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital financeiro, do novo padrão de desenvolvimento que se desenha e se avizinha.

Por isso, não se tem nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a “municipalização” disso ou daquilo seja melhor ou pior, para Beltrano ou Cicrano. Municipalizar, localizar, territorializar as dificuldades, as necessidades, os problemas é funcional ao sistema capitalista. Devolve-se, dessa forma, os desafios às comunidades regionais.

Cada qual (indivíduo ou comunidade) deve se estruturar, se organizar para enfrentar a nova realidade, arcar com os custos sociais de sua própria reprodução, essa é a lógica do processo³.

Portanto, a possibilidade de que aflorem novos modelos, novas utopias e, por conseqüência, que coexistam múltiplos modelos de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformações do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Enquanto tal, muito antes de ser uma possibilidade é uma necessidade do próprio sistema, uma vez que ao mesmo tempo que transnacionaliza e homogeniza, renova as funções, os papéis do local, portanto, do natural, do cultural e do ético-moral.

É a partir dessa nova realidade que se pode pensar em projetos regionais de desenvolvimento local. Dessa forma, localiza, regionaliza e heterogeniza. Com o que abre espaço para o diverso, o diferente e o plural estratégias como

³ O exemplo mais evidente dessa nova realidade é o da saúde. Quem não tiver um plano de saúde, terá sérias dificuldades para acessar aos serviços de saúde quando precisar. Mesmo aqueles que têm planos, estão, em muitos casos, encontrando dificuldades.

projeto alternativo, que num primeiro momento pode ser funcional ao sistema, mas com o tempo, quem sabe, se transformar num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação.

Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento (O Projeto Estadual), longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas [“devemos afastar a ilusão de que os administradores e os especialistas sempre sabem mais” (Giddens, 1997, p.229)], nascem entre os homens que os produzem através de um processo de uma troca dialógica ou através do exercício da democracia dialógica conforme propõe Giddens (1997, p.130 e segs.).

Por isso, torna-se imperativo pensar-se alternativas complementares à democracia representativa que a elevem de uma “democracia participada” para uma “democracia participante”, embora sabendo-se da crítica de Bobbio (1991, p. 50) que afirma ser “a democracia direta (...) um corretivo útil, para a democracia indireta”. Apesar dessas limitantes, é preciso recuperar a possibilidade de que cada cidadão possa influenciar as decisões que o interessam. E mais, é preciso “uma democracia representativa que se abra às formas da democracia direta” (Occhetto, 1991, p. 14). Isso será possível através da “progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta⁴, de modo a desenvolver cada liberdade (...) e cada forma de participação” (Cerroni, 1991, p. 62).

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento regional, enquanto modelo, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão regional. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver, melhor: fazer desejar.

⁴ A combinação da representação e da democracia direta certamente será a experiência mais importante dos próximos tempos, pois não é gratuita a crise do Estado, formado exclusivamente sob o princípio da representação delegada. Ela é reconhecida por cientistas políticos de todas as ideologias e origina-se, principalmente, da impotência do Estado atual para gerar políticas sociais eficazes. Nasce, também, da tendência corporativa dos parlamentos, que têm se pautado por encaminhar os problemas gerais da sociedade e cuidar muito bem das suas próprias vantagens, reflexo dos interesses das suas maiorias, hostis às reformas que a sociedade reclama. A participação direta da cidadania proporciona, então, a criação de uma esfera pública não estatal, de controle sobre o Estado, através da qual o eleitor afirma a sua autonomia, de maneira individual ou agrupada, para dar ao seu voto a conseqüência pretendida e que tem sido fraudada pelo Executivo e pela instituição parlamentar, inclusive nos países modernos e desenvolvidos. Em vez de o Estado invadir a sociedade, este método impregna o Estado de um controle crítico permanente. É o caso do “Orçamento Participativo” em Porto Alegre.” (Genro, T., 1994, p. 17).

O processo de desenvolvimento assim concebido, assim praticado, escancarará a porta para o desconhecido, para o verdadeiro futuro, novo, irreduzível ao presente ou às imagens idealizadas do passado, é um projeto concebido enquanto subversão do conjunto das condições da vida cotidiana. Para subverter o cotidiano dos indivíduos é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento enquanto subversão do modelo contemporâneo.

Dessa forma, se constrói uma utopia desenvolvimentista que, enquanto tal, se destaca do conceito para tornar-se imagem, imagem mediadora e aberta à verdade do desejo. Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para a utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo (Abensour, 1990, p. 153).

A educação do desejo, será essa a grande função organizadora dos projetos regionais de desenvolvimento local: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo, porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais, sobretudo a desejar de outra forma (Abensour, 1990, p. 145). Despertar a faculdade de desejar, de sonhar é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano. Só assim é possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento regional são mistérios a desvendar, enquanto tal, estimulantes à imaginação. Mistério a descobrir, ou melhor, enigma a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a partilhar, a trocar, a viver e a pensar em comum (Abensour, 1990, p. 167).

Nesse sentido, dois aspectos essenciais da vida humana retornam à mesa das decisões, enquanto fatores decisivos do processo de desenvolvimento: cultural e natural. O cultural (mundo construído regionalmente, pelo homem do local), enquanto produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza local, e o natural (mundo natural, mundo dado), enquanto possibilitadora ou limitadora de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo mundial de desenvolvimento, porque cultura e natureza são duas faces locais de uma mesma moeda, o processo de desenvolvimento.

Em adicional, como muito bem coloca Leite (1994, p.7), aos muitos lugares e elementos que compõem o processo de desenvolvimento são atribuídos valores específicos que mudam constantemente a evolução dos padrões culturais. Estes estão, por sua vez, fortemente enraizados nos processos naturais de cada lugar ou região, isto é, a natureza e a cultura juntas, como processos interagentes, que conferem forma e individualidade aos lugares. Enfim, conformam o próprio e o específico (as especificidades) do lugar, distinguindo o lugar do geral e dos seus singulares.

Portanto, cada processo específico representa, ou melhor, expressa a conexão entre a produção material (natural), produção cultural e a produção ético-ideológica do lugar, respondendo ao mesmo tempo às necessidades sociais de mudança. Por isso, os projetos regionais de desenvolvimento local devem considerar as condições naturais, culturais e ético-ideológicas de cada região como pressuposto e, ao mesmo tempo, resultado do próprio processo de desenvolvimento regional.

Com isso, abre-se a possibilidade para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades regionais e de suas formas de inter-relacionamentos (Stroh, 1995, p. 285). São as especificidades das características (culturais, naturais, ético-morais) da região que passam a conferir identidade ao local (Stroh, 1995, p. 285). Em decorrência, as regiões deixam de ser versões em escala menor dos estados. Elas adquirem especificidades que exigem estratégias próprias para dinamizar o seu processo de desenvolvimento (Haddad, 1993, p. 261). Ao adquirir ou necessitar de estratégias próprias, as regiões merecem modelos próprios e específicos de desenvolvimento.

São, enfim, as diferenças culturais, a diversidade natural (biodiversidade) e a pluralidade ético-ideológica que dão base aos diversos agentes dessas regiões para definir ou não a articulação interna nas regiões e da natureza de suas relações externas com a sociedade estadual, nacional, continental e mundial.

Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber os projetos regionais de desenvolvimento local como projetos fundados na cultura, na natureza e nos valores ético-ideológicos do local. E, por isso, pode e deve ser um projeto diferenciador e alternativo. Ainda mais que hoje as habilidades desenvolvidas em cada região tornaram-se "a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo" (Thurow, 1997, p.104).

Nesse contexto, as especificidades (culturais, naturais, ético-ideológicas), porque fonte de diferença, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada região, enfim, valorização do humano, e, portanto, dinamizadoras de um processo próprio e específico de desenvolvimento regional.

Portanto, não há como pensar o processo de desenvolvimento de uma região sem se considerar as condições sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização das comunidades locais.

Isso, sem dúvida, só pode ser alcançado pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global(...). Essa participação é, entretanto, um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região (lugar, local, comunidade) que

implica não cortar opções ou, melhor, não levar os diversos segmentos da sociedade a situações indesejadas(...) por absoluta falta de opções. (Leite, 1994, p. 26)

Ao contrário, trata-se de se desejar os desejos, de se potencializar as potencialidades, de se oportunizar as oportunidades, de se possibilitar as possibilidades, de se sonhar os sonhos, de se ousar as ousadias, de se utopizar as utopias, etc, etc.

Essa participação só se tornou possível em nossos dias, porque funcional e necessária ao próprio sistema capitalista⁵. O rompimento da rigidez tornou-se uma necessidade do processo de valorização do capital. Flexibilizar a acumulação, a produção, o trabalho, o espaço, o tempo compreende também flexibilizar a participação do plural, do diverso, do diferente no processo de elaboração dos projetos regionais de desenvolvimento local do Rio Grande do Sul.

Na verdade, a crescente organização da sociedade moderna tende a transformar a sociedade civil no terceiro sistema de poder(...) (Nerfin apud Sachs, 1993, p. 30).

Deve servir, pois, o processo de elaboração do projeto para

"... ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas." (Sachs, 1986 a, p. 115)

Portanto, embora se reconheça que existam limites muito concretos à participação social, através das suas organizações e entidades, nos processos decisórios, seria covardia não lutar para avançar e romper com esses limites. Acreditar nessa possibilidade é um primeiro passo decisivo para ampliar a

⁵ Prova de que o estímulo a uma maior participação tornou-se uma política dos nossos dias, pode ser encontrada no site <http://gopher.worldbank.org/html/edi/sourcebook/sbhome.htm>, do Banco Mundial e no site <http://www.iadb.org/ESPAÑOL/politicas/participa/indice.htm>, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesses endereços, constatam-se as recomendações para financiar aqueles projetos comunitários (locais, municipais, regionais) que assegurem uma maior participação no processo decisório. Outro exemplo muito elucidativo dos novos tempos participativos é o da Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit - GmbH - (GTZ) - Empresa de Cooperação Técnica do Governo Alemão que auxilia comunidades estrangeiras nas atividades de planejamento participativo.

participação de todos os interessados na constituição e construção de um futuro diferente e alternativo à lógica contemporânea do sistema, uma transformação feita aos poucos, mas continuamente, pela intensificação e expansão do processo de democratização. E, principalmente, negar a oportunidade para o exercício da articulação estratégica entre os agentes do desenvolvimento regional. Uma articulação tão necessária ao desenvolvimento regional contemporâneo.

Repor esse conteúdo à democracia é repor o caráter subversivo da democracia. "Não é uma relação pacífica [é um lugar do conflito, da diferença, da divergência, do plural, da contradição], porque a democracia é subversiva. E é subversiva no sentido mais radical da palavra, porque onde quer que ela chegue subverte a tradicional concessão do poder, tão tradicional, que é considerado natural, quando se trata do poder político ou econômico, do poder paterno ou sacerdotal - desce do alto para baixo" (Bobbio, 1991, p. 43). Tornar-se-á muito mais subversiva se a democracia for transformada em "democracia participante" ao invés da simplesmente "democracia participada". Será o poder subindo de baixo para cima.

Na verdade, o processo de democratização pressupõe um novo ordenamento social, no qual transferir-se-ão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do Estado, elevando-o para um patamar superior (Signorile, 1991, p. 196).

A referida tendência tem na base o caráter transformador e subversivo do próprio processo democrático e remete a discussão para o terreno gramsciano da hegemonia⁶, que se constrói e se consolida no nível da sociedade civil⁷. Ali

"... a conquista da hegemonia e a busca de consenso, entendidas como funções onde se exprime a atividade estatal na sua relação orgânica com todas as articulações da sociedade civil, longe de exigirem uma liberdade do Estado, empenham-

⁶ A respeito do conceito gramsciano de hegemonia ver: BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Capítulo 6; GADOTTI. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1988. Capítulo II; GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979; PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo III; POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Capítulo II; GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Enandri, 1975.

⁷ Para uma melhor discussão do que se entende por sociedade civil, consultar: BOBBIO, Norberto. *Governo, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Capítulo II. Do mesmo autor: *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo I.

se na conquista positiva de uma liberdade *no* Estado, ou seja, de uma liberdade na organização complexa da vida política e econômica que supere qualquer contradição entre participação e direitos políticos." (Occhetto, 1991, p. 113).

A conquista da "liberdade na organização complexa da vida política e econômica" depende em grande parte da organização do movimento social, de uma maneira geral [...], já que "a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos" (Signorile, 1991, p. 198).

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho é necessário transformar "democracia participada" em "democracia participante", quer dizer, transitar "para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada" (Vacca, 1991, p. 141), ou, como diz Bobbio (1991, p. 50/1), de "democracia integral"⁸. Ou como quer Giddens (1997) de uma "democracia dialógica".

Sociedade democrática só será efetivamente democrática se for organizada de uma forma diferente, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático, a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Nesse caso, vale a regra quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada.

Diante disso, o processo de desenvolvimento contemporâneo convive com uma dinâmica de transformações que extrapolam as transformações quantitativas. Passamos por um intenso processo de transformações qualitativas, carregadas de expectativas cambiantes e flexíveis, o que acaba dando forma e conteúdo à incerteza, que, por sua vez, acaba configurando-se numa das principais variáveis a ser considerada e reconsiderada no processo decisório de organização de uma ação futura. Isso, por si só, traz o componente da flexibilidade para o interior do processo de planejamento, tornando-o, por necessidade, um processo, por excelência, dinâmico e aberto, passível de mudanças, adequações, correções, entre outras, a cada momento, seja na sua

⁸O orçamento participativo praticado na cidade de Porto Alegre é um primeiro e importante passo dado nessa direção.

concepção, seja na sua elaboração, seja na sua execução.

Ao ser concebido como um processo aberto e flexível, o planejamento pressupõe um ponto de partida diferente das formas convencionais de se fazer planos. Parte-se das idéias ou do ideal, do sonho, do desejo, do futuro desejado, para só depois considerar o presente dado. Dessa forma, abre-se a condições para se contrapor: potencialidades às necessidades; o futuro desejado ao presente dado; o sonho à realidade; as idéias aos interesses; a qualidade à quantidade; as alternativas de soluções aos problemas; as possibilidades às dificuldades; as oportunidades às ameaças, tendo presente que o sentido de determinação predominante deverá ser sempre do primeiro para o segundo termo.

É dessa concepção móvel e flexível de futuro que emergirá um processo aberto à criatividade dos agentes na formulação do projeto. Em assim sendo, os desejos serão estratégicos, as potencialidades serão estratégicas, as idéias serão estratégicas, as oportunidades serão estratégicas, a qualidade será estratégica. Aberto, flexível, dinâmico, orgânico, o processo de planejamento assim concebido abre caminhos para se sair do cotidiano, da rotina, do fazer, do curto prazo, do imediato, e passar para a formulação dos projetos regionais de desenvolvimento local.

Em síntese, a necessidade dos projetos regionais de desenvolvimento local se devem ao fato de que cada vez mais as regiões são levadas a concorrer entre si na geração de condições "favoráveis" e atrativas para localizar em seu território investimentos produtivos. Em conseqüência, é preciso articular e mobilizar os agentes regionais do desenvolvimento, tendo em vista sua participação crescente e direta na construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo.

Tendo hoje sempre presente que já não basta o pensar global e o agir local. É preciso ir além, pensar local e agir globalmente.

BIBLIOGRAFIA

- ABENSOUR, M. *O novo espírito utópico*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- BECKER, Dinizar F. A economia política do Vale do Taquari. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 1, n. 1, 1994.
- BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO-92. In: BURSZTYM, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BECKER, Dinizar F. Desenvolvimento participativo-criativo: Uma primeira exploração do tema. *Texto Discussão*, Lajeado, n. 7, 1995.

- BECKER, Dinizar F. Competitividade: Um novo paradigma desenvolvimentista. *Texto Construção*, Lajeado, n. 1, 1995.
- BECKER, Dinizar F. Competitividade: Um novo padrão de produção e consumo. *Texto Discussão*, Lajeado, n. 11, 1995.
- BECKER, Dinizar F. Competitividade: Um novo padrão de produção e consumo mundial. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 2, n. 2, 1995.
- BECKER, D. F. Competitividade: Um novo padrão de desenvolvimento regional. *REVISTA REDES*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1996.
- BECKER, D.F. Desenvolvimento contemporâneo: Processo de globalização e/ou fragmentação. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 2, n. 1, 1995.
- BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *O Estado e o marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- _____. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CERRONI, U. Existe uma ciência política marxista. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GADOTTI. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1988.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GOLDMANN, Márcio. *Razão e diferença*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HADDAD, P. R.. Regiões, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. *Análise Conjuntural*, Porto Alegre, v. 2, p. 255-270, agosto, 1993.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.

- JUNG, N. A política regional na era da globalização. *Debates*, São Paulo; Brasília: Fundação Konrad Adenauer; IPEA, 1996.
- JORNAL ZERO HORA. Aumenta a repressão aos clandestinos. Porto Alegre: RBS Jornal, 12/05/1996. p. 24.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LEITE, M. A. P. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- OCHETTO, A. Sobre o conceito de democracia mista. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SACHS, I. *Eco Desenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SIGNORILE, C. A democracia que transforma o Estado. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- STROH, P.Y.. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza*. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luiz. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- THUROW, L.C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- VACCA, G. Discorrendo sobre socialismo e democracia. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.